



**CONSELHO DO PROGRAMA DE PARCERIAS E INVESTIMENTOS DO ESTADO DO
TOCANTINS - CPPI TOCANTINS
ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 27 DE ABRIL DE 2023**

Aos vinte e sete dias do mês de abril de dois mil e vinte três, quinta-feira, às nove horas e vinte e quatro minutos, reuniu-se o Conselho do Programa de Parcerias e Investimentos do Estado do Tocantins - CPPI Tocantins, para a oitava reunião ordinária, por convocação do Senhor Presidente do Conselho, o Secretário de Estado de Parcerias e Investimentos, Sr. Thomas Jefferson Gonçalves Teixeira, na forma do disposto no art. 7º e art. 8º, I da Lei 3.666, de 13 de maio de 2020 e Resolução nº 01, de 28 de maio de 2020, na sala de reuniões da SPI, situada no Palácio Araguaia, estando presentes: Presidente do Conselho: Secretário de Estado de Parcerias e Investimentos, Thomas Jefferson Gonçalves Teixeira, e os seguintes Conselheiros (as): Secretário de Estado da Indústria, Comércio e Serviços: Carlos Humberto Duarte de Lima e Silva; a Suplente do Secretário da Fazenda: Mara Lúcia Pinto Rabello de Camargo; o Suplente do Presidente da Agência de Transportes, Obras e Infraestrutura, Ruberval Sousa França; o suplente da Presidente da Agência de Fomento do Estado do Tocantins S.A: Afonso Vieira Ramalho Junior; o suplente do Procurador Geral do Estado, Luis Felipe Prudêncio Furtado e a Secretária Executiva do CPPI-Tocantins, a Sra. Eliane Grossmann. Participaram como convidados: o Presidente da Companhia Imobiliária de Participações, Investimentos e Parcerias: Aleandro Lacerda; o suplente do Presidente do Conselho o Sr. Alan Ricksøn Andrade de Araújo; a Diretora de Parceria Público-Privada da Tocantins Parcerias: Kelly Barreto e a assessora Mariane Pintaro Arruda, que auxiliará nos trabalhos. Foi dado início a reunião pelo Presidente do Conselho, que expôs a dinâmica desta e informou sobre a apresentação do projeto encaminhado aos Conselheiros, onde contém as informações estratégicas do Projeto Hospital da Mulher e Maternidade Dona Regina e estabeleceu que o objetivo da reunião é deliberar sobre o avanço do seu cronograma e seguir para a fase de diálogo público. **O primeiro item para apresentação e deliberação: Acolher o Relatório Final de Acompanhamento de Projeto, emitido pela Tocantins Parcerias, acerca da conclusão dos estudos de modelagens técnica, jurídica e econômico-financeira da contratação de parceria público-privada na modalidade concessão administrativa do Projeto Hospital da Mulher e Maternidade Dona Regina, e pela continuidade dos procedimentos administrativos com o seguimento para fase de Diálogo Público – Consulta e Audiência Pública e etapas subsequentes.** O Presidente do Conselho designou a palavra para a Secretária Executiva do Conselho de Parcerias e Investimentos, Eliane Grossmann para apresentação do projeto. Com a palavra, a Secretária Executiva ressaltou que é um projeto importante para o Estado, resultante de um trabalho árduo em conjunto com a TOPAR. O objeto do projeto é a construção, gestão, operação e manutenção do Hospital da Mulher e Maternidade Dona Regina no Município de Palmas, por meio de Parceria Público-Privada (PPP) na modalidade



concessão administrativa, com o objetivo de promover a atenção integral à saúde da mulher e ofertar assistência especializada nos eixos parto e nascimento, atendimento em ginecologia, obstetrícia e atenção neonatal. Destacou que os objetivos estratégicos são construir infraestrutura predial com ambiência ampla, confortável e moderna, com vistas ao atendimento humanizado à mulher e ao neonato; ser referência estadual nos serviços assistenciais à mulher ampliando a oferta e a estrutura para atendimento das vítimas de violência sexual; prover um Hospital Público com diferencial de qualidade e desempenho na gestão administrativa e na assistência dos serviços de saúde e por fim, cumprir agenda do Plano de Governo 2023/2026 e meta Prioritária da LDO 2023. Acerca do cenário atual do hospital, hoje este se encontra com 125 leitos; 6 mil partos/ano; 30 mil atendimentos/ano; com taxa de ocupação de 93%, mas com corpo técnico e profissional de saúde altamente qualificado e com alto índice de produtividade no hospital. Por conseguinte, asseverou que o projeto estabelece o aumento de 210 leitos; casa da gestante bebê e puérpera; alojamento conjuntos, leitos para gestantes de alto risco, leitos neopatológicos, ginecologia, UTI Neonatal com 30 leitos e UTI obstétrica e ginecológica não fornecida atualmente no HMDG. As premissas para o novo hospital são: ampliação dos serviços assistenciais e da oferta de leitos mantendo o atendimento 100% público; assistência à saúde "bata branca" que deve ser regulada e executada pelo Estado (todo corpo clínico de profissionais de saúde, tais como: médicos, enfermeiros, fisioterapeuta, psicólogos, nutricionistas, etc. devem ser mantidos pelo Estado). Serviços de apoio à assistência à saúde "bata cinza" devem ser prestadas pela Concessionária (ex: recepção, portaria, lavanderia, limpeza, nutrição, equipamentos, etc.), possibilidade jurídica de ampliação de leitos, construção verticalizada e instalações e equipamentos de última geração. Em relação as premissas financeiras, pontuou que o prazo de concessão é de 30 anos, com payback de 9,5 anos desalavancados, WACC de 9,89% e TIR de 9,89%, CAPEX de R\$461,4 milhões e OPEX de R\$1.008 bilhões em 30 anos. Por conseguinte, informou que o verificador independente será contratado pela concessionária e homologado pelo poder concedente. O pagamento da contraprestação poderá ter como valor mensal máximo R\$6,9 milhões (60% fixo e 40%variável), que será depositado em conta vinculada pela Secretaria de Saúde e informou sobre a existência da conta reserva, com saldo proveniente do Fundo de Participação dos Estados que será utilizado em casos que o pagamento da CP for insuficiente. Em sequência dispôs sobre o regramento jurídico e licitatório, informando que a licitação será realizada pela B3 – Brasil, Bolsa e Balcão S.A em conjunto com a Comissão Especial de Licitação da Secretaria de Saúde, com o critério de julgamento de menor preço da contraprestação mensal e por fim, apresentou a alocação de riscos da concessionária e do poder concedente. Posteriormente informou sobre a linha do tempo do projeto e destacou o cronograma a ser seguido, e que o momento atual é de aprovação do CPPI-TO para prosseguimento do diálogo público, com previsão de abertura de consulta pública com início em 04.05.23 e fim em 03.05.2023 e audiência pública no dia 25.05.23 no Palácio



Araguaia. Por conseguinte, será enviado à Controladoria-Geral do Estado, Procuradoria-Geral do Estado, Tribunal de Contas do Estado e por fim encaminhamento para a condução do processo licitatório. Ressaltou que o projeto foi apresentado e aprovado pelo Conselho Estadual de Saúde, apresentado a Comissão Intergestores Bipartite e ao Tribunal de Contas onde será disponibilizado pelo sistema SICAP para análise. Em sequência, a Secretária Executiva do Conselho solicitou apoio e prioridade da Procuradoria Geral do Estado para este projeto. Com a palavra o procurador Dr. Luis Felipe destacou a importância da capacitação e preparo dos procuradores da PGE para análise dos documentos devido a sua complexidade. Por oportuno, o Presidente da TOPAR, Aleandro Lacerda, solicitou ao representante da AGETO no Conselho, o apoio para duplicação e asfaltamento da rua e avenidas no entorno do lote em que será construído o hospital, em resposta o representante da AGETO informou que levará a demanda à instituição. Concluídas as colocações e sanados os questionamentos, foi aberta a votação, o Conselho decidiu, por unanimidade, acolher o Relatório Final de Acompanhamento de Projetos emitido pela Tocantins Parcerias acerca da conclusão dos estudos de modelagens técnica, jurídica e econômico-financeira para contratação de parceria público-privada na modalidade concessão administrativa para construção, gestão, operação e manutenção do Hospital da Mulher e Maternidade Dona Regina, e OPINAR pela continuidade dos procedimentos administrativos com o seguimento para fase de Diálogo Público – Consulta e Audiência Pública e etapas subsequentes. **O segundo item para apresentação e deliberação: local de processamento e julgamento da licitação do Projeto Hospital da Mulher e Maternidade Dona Regina.** Com a palavra, o Presidente do CPPI-Tocantins apresentou como possibilidade a Licitação da Secretaria de Saúde-SES como responsável para processar e julgar a licitação do Projeto Hospital da Mulher e Maternidade Dona Regina, o que vai ao encontro a determinação do Decreto Estadual 6.407/2022, art. 33, inciso I, que dispõe acerca da possibilidade do CPPI-Tocantins definir o órgão ou entidade licitante. Ademais, foi informado que está em trâmite a contratação da empresa Brasil, Bolsa e Balcão – B3 S.A pela Secretaria de Saúde para prestação de assessoria técnica especializada à licitação do referido projeto. Com a palavra, o suplente do Conselheiro da AGETO sugeriu que referida instituição forneça apoio técnico para à licitação da saúde quando necessário. Concluídas as colocações e sanados os questionamentos, foi aberta a votação, o Conselho decidiu, por unanimidade, definir a Licitação da Secretaria de Saúde-SES como responsável para processar e julgar a licitação do Projeto Hospital da Mulher e Maternidade Dona Regina. Por fim, o Presidente do Conselho informou sobre as atualizações dos Projetos. Acerca do Projeto Mini-usinas de Energia Fotovoltaica, destacou que a previsão para publicação do aviso do edital de licitação será em 03.05.2023. Em sequência, sobre o projeto Loteria Estadual, informou que a consulta pública iniciou-se em 25.04.2023, com finalização para 24.05.2023 e audiência pública do Projeto Loteria está prevista para o dia 09.05.2023, às 14h30minmin no auditório



do Palácio Araguaia. Por fim, explanou que em 15.03.2023 ocorreu o *workshop* para tratar do projeto de Construção e manutenção do Novo Campus Unitins em Augustinópolis, contando com a participação da UNITINS, TOPAR, Prefeitura Municipal de Augustinópolis e com o doador do terreno. Encerramento: Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente do Conselho deu por encerrada a reunião, às dez horas e dezessete minutos, sendo lavrada a presente ata, por mim, Mariane Pintaro Arruda, que lida e achada conforme, segue assinada pelo Presidente e demais conselheiros(as).

Presidente do Conselho

Thomas Jefferson Gonçalves Teixeira: _____

Suplente do Secretário de Estado da Fazenda e Planejamento

Mara Lúcia Pinto Rabello de Camargo: _____

Secretário de Estado da Indústria, Comércio e Serviços

Carlos Humberto Duarte de Lima e Silva: _____

Suplente do Presidente da Agência de Transportes, Obras e Infraestrutura,

Ruberval Sousa França: _____

Presidente da Agência de Fomento do Estado do Tocantins S.A. – FomenTO

Afonso Vieira Ramalho Junior: _____

Suplente do Procurador Geral do Estado - PGE

Luis Felipe Prudêncio Furtado: _____